# BRICS e reforma da OMC, investimento global, comércio digital e agenda da OMPI em 2026

## *El BRICS y la reforma de la OMC, la inversión global, el comercio digital y la agenda de la OMPI para 2026*

## *BRICS and WTO Reform, Global Investment, Digital Trade and WIPO's 2026 Agenda*

***Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário***

**Resumo:** Este informe examina desenvolvimentos no comércio multilateral, investimento internacional, serviços digitais e propriedade intelectual. Destaca o apoio da Declaração de Nova Délhi do BRICS à reforma da OMC, à restauração de um sistema de solução de controvérsias operacional em dois níveis, à oposição a medidas protecionistas e à maior participação das economias em desenvolvimento. Com base no World Investment Report 2026 da UNCTAD, analisa a recuperação frágil e concentrada do investimento estrangeiro direto, a expansão de setores estratégicos, política industrial e subsídios, triagem de investimentos e desafios em saúde, farmacêutica e ciências da vida. Aborda a América Latina e o Caribe, incluindo o aumento dos fluxos para o Brasil. Examina o papel crescente dos serviços e do comércio digitalmente entregável, as desvantagens dos países de menor desenvolvimento relativo, inteligência artificial e fragmentação regulatória. Finalmente, apresenta a agenda institucional da OMPI sobre conhecimentos tradicionais, recursos genéticos e Global Innovation Index 2026.

**Palavras-chave:** Comércio multilateral; Reforma da OMC; Investimento estrangeiro direto; Política industrial; Economias em desenvolvimento; Serviços digitais; Inteligência artificial; Propriedade intelectual; Ciências da vida; Inovação.

***Resumen:*** *Este informe examina desarrollos en el comercio multilateral, la inversión internacional, los servicios digitales y la propiedad intelectual. Destaca el apoyo de la Declaración de Nueva Delhi de los BRICS a la reforma de la OMC, la restauración de un sistema de solución de diferencias operativo de dos niveles, la oposición a medidas proteccionistas y mayor participación de las economías en desarrollo. Basándose en el World Investment Report 2026 de la UNCTAD, analiza la recuperación frágil y concentrada de la inversión extranjera directa, la expansión de sectores estratégicos, política industrial y subvenciones, control de inversiones y retos en salud, industria farmacéutica y ciencias de la vida. Aborda América Latina y el Caribe, incluido el aumento de los flujos hacia Brasil. Examina el papel de los servicios y del comercio digital, las desventajas de los países menos adelantados, inteligencia artificial y fragmentación regulatoria. Finalmente, presenta la agenda institucional de la OMPI.*

***Palabras clave:*** *Comercio multilateral; Reforma de la OMC; Inversión extranjera directa; Política industrial; Economías en desarrollo; Servicios digitales; Inteligencia artificial; Propiedad intelectual; Ciencias de la vida; Innovación.*

***Abstract:*** *This report examines recent developments in multilateral trade, international investment, digital services and intellectual property. It highlights the BRICS New Delhi Declaration's support for WTO reform, restoration of a fully functioning two-tier dispute*

*settlement system, opposition to protectionist measures and greater participation by developing economies. Drawing on UNCTAD's World Investment Report 2026, it analyses a fragile and concentrated recovery in foreign direct investment, the expansion of strategic sectors, industrial policy and subsidies, investment screening, and challenges facing health, pharmaceuticals and life sciences. It also addresses Latin America and the Caribbean, including Brazil's increased investment inflows. The report further examines the growing role of services and digitally deliverable trade, persistent disadvantages affecting least developed countries, artificial intelligence and regulatory fragmentation. Finally, it presents WIPO's September agenda, covering traditional knowledge, genetic resources and the launch of the Global Innovation Index 2026, focused on science-based entrepreneurship and its innovation ecosystems.*

***Keywords:*** *Multilateral trade; WTO reform; Foreign direct investment; Industrial policy; Developing economies; Digital services; Artificial intelligence; Intellectual property; Life sciences; Innovation.*

**BRICS, reforma da OMC, medidas protecionistas e fortalecimento do sistema multilateral de comércio**

Na Declaração de Nova Délhi, os membros do BRICS reafirmaram seu apoio à reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC) e ao fortalecimento de um sistema multilateral de comércio não discriminatório, aberto, equitativo, transparente, justo, inclusivo, previsível e baseado em regras, tendo a OMC em seu núcleo. O documento recorda a Declaração de 2026 sobre a Preservação e Revitalização do Sistema Multilateral de Comércio e a Declaração do BRICS de 2025 sobre a Reforma da Organização Mundial do Comércio e o Fortalecimento do Sistema Multilateral de Comércio. Os membros reiteraram a importância de preservar princípios fundamentais da OMC, como o tratamento da nação mais favorecida e o tratamento especial e diferenciado para os membros em desenvolvimento, particularmente os países de menor desenvolvimento relativo. (BRICS, 2026)

Os membros declararam seu compromisso com a participação ativa nas negociações multilaterais em Genebra, especialmente nos debates relativos à reforma da OMC. O grupo afirmou que pretende avançar os esforços e ampliar a coordenação no âmbito do Marco Consultivo Informal do BRICS em relação aos desafios que comprometem a eficácia e a credibilidade da OMC e às possíveis soluções para esses desafios. A Declaração estabelece o compromisso de assegurar a implementação dos resultados da 14ª Conferência Ministerial da OMC (MC14) e de continuar o engajamento construtivo com vistas à resolução das questões ainda pendentes. (BRICS, 2026)

No que se refere à reforma da OMC, o BRICS afirmou que participará de forma construtiva desse processo com o objetivo de reforçar a autoridade, a eficácia, a inclusão e a relevância da Organização e contribuir para a construção de uma economia mundial aberta. Nesse contexto, os membros reconheceram a importância de identificar caminhos apropriados para a incorporação de iniciativas plurilaterais ao marco jurídico da OMC, inclusive em questões orientadas para o desenvolvimento, bem como de explorar a formulação de regras voltadas para o futuro no âmbito da Organização. (BRICS, 2026)

A Declaração defende firmemente a restauração imediata de um mecanismo de solução de controvérsias da OMC acessível, eficaz, plenamente operacional, vinculante e estruturado

em dois níveis, considerado fundamento da confiança e da previsibilidade para todos os membros da Organização. Os membros defenderam a nomeação, sem mais demora, de novos integrantes do Órgão de Apelação. O BRICS afirmou que pretende trabalhar pelo fortalecimento da OMC por meio das reformas necessárias, preservando seus princípios fundamentais, facilitando o processo de negociação dentro de seu marco institucional e contribuindo para a restauração da credibilidade do sistema multilateral de comércio. (BRICS, 2026)

Em relação à participação do Sul Global no sistema multilateral de comércio, o BRICS manifestou forte apoio às candidaturas da Etiópia e do Irã à adesão à OMC, em consonância com as aspirações do Sul Global de integrar-se plenamente ao sistema. A Declaração reconheceu a China pela ampliação de seu tratamento tarifário zero para abranger 53 países africanos com os quais mantém relações diplomáticas. (BRICS, 2026)

A Declaração afirma que o sistema multilateral de comércio encontra-se há muito tempo em uma encruzilhada e manifesta preocupação com a proliferação de ações restritivas ao comércio incompatíveis com as regras da OMC. Entre essas ações, o documento menciona a elevação indiscriminada de tarifas, a adoção de medidas não tarifárias e o protecionismo sob a aparência de objetivos ambientais. Segundo a Declaração, essas práticas ameaçam reduzir ainda mais o comércio global, provocar disrupções nas cadeias globais de suprimentos e introduzir incertezas nas atividades econômicas e comerciais internacionais, podendo agravar disparidades econômicas existentes e afetar negativamente as perspectivas de desenvolvimento econômico global. (BRICS, 2026)

Os membros expressaram séria preocupação com o aumento de medidas tarifárias e não tarifárias unilaterais que distorcem o comércio e são incompatíveis com as regras da OMC. O grupo comprometeu-se a trabalhar conjuntamente para ampliar a capacidade de resposta da OMC às disrupções comerciais e às necessidades e prioridades dos mercados emergentes e das economias em desenvolvimento. A Declaração prevê ainda o avanço das discussões sobre questões pendentes e o apoio a resultados equilibrados, inclusivos e concretos que fortaleçam o sistema multilateral de comércio e permitam que ele responda de maneira mais adequada aos desafios globais em evolução. (BRICS, 2026)

No que se refere às medidas protecionistas e às cadeias de suprimentos, a Declaração reconhece que os membros do BRICS representam uma ampla diversidade de sociedades e civilizações, afetadas de maneiras distintas por medidas protecionistas unilaterais injustificadas e incompatíveis com as regras da OMC. Nesse contexto, o grupo afirmou que o BRICS deve concentrar-se na promoção de um ambiente justo e equitativo, estável e previsível para um desenvolvimento sustentável mutuamente benéfico. Os membros enfatizaram a importância de criar cadeias de suprimentos mais resilientes, confiáveis e estáveis, com atenção particular às necessidades dos países em desenvolvimento em seus esforços de modernização. (BRICS, 2026)

Por fim, os membros concordaram que o BRICS deve trabalhar para promover uma participação mais ampla e equitativa dos países em desenvolvimento e dos mercados emergentes nos segmentos de maior valor agregado da manufatura e da produção globais. Para esse fim, a Declaração menciona a promoção de iniciativas de comércio e investimento, a cooperação técnica, o fortalecimento das capacidades produtivas e a transferência de tecnologia, em conformidade com as respectivas leis, regulamentos e políticas de cada membro. (BRICS, 2026)

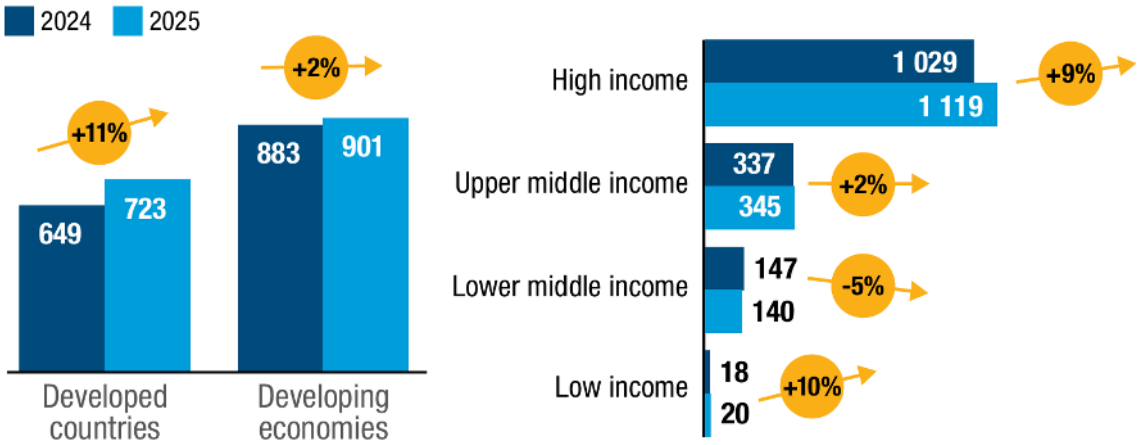
**World Investment Report 2026**

O *World Investment Report 2026: international investment in a turbulent era* documenta a reconfiguração do investimento internacional sob tensões geopolíticas, incerteza de política comercial e preocupações crescentes de segurança econômica. Seu argumento central é que o capital deixou de seguir custo e eficiência, terrenos em que os países em desenvolvimento podiam competir, e passou a seguir cálculo estratégico e política industrial, de modo que o desafio mais difícil para a maioria desses países passa a ser atrair investimento de qualquer natureza (UNCTAD, 2026a).

**Recuperação frágil e concentrada**

O investimento estrangeiro direto (IED) global cresceu 6% em 2025, para 1,6 trilhão de dólares, após dois anos consecutivos de queda. Descontados os fluxos-conduíte pelos centros financeiros europeus, que subtraíram cerca de 40 bilhões do total (contra 70 bilhões em 2024), o crescimento foi de 4%. As economias desenvolvidas receberam 11% a mais (723 bilhões, ainda 13% abaixo da média dos quinze anos anteriores), enquanto as em desenvolvimento avançaram apenas 2%, para pouco mais de 901 bilhões. Na decomposição por renda, a alta veio das economias de renda alta, cujos ingressos passaram de 1 para mais de 1,1 trilhão, ao passo que os fluxos para as de renda média-baixa recuaram 5%; Hong Kong (China), Singapura e Emirados Árabes Unidos responderam, juntos, por mais de um terço dos ingressos do mundo em desenvolvimento (UNCTAD, 2026a).

**Figura 1:** Fluxos de IED por nível de desenvolvimento e por grupo de renda, 2024–2025



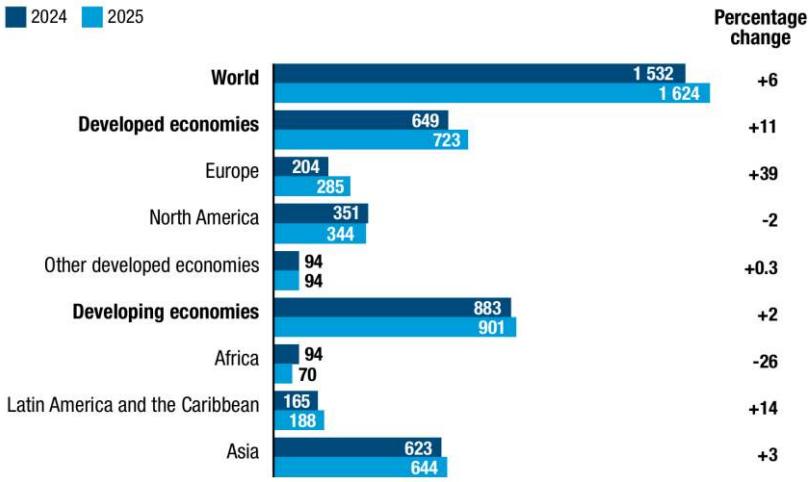

**Fonte**: UNCTAD, 2026a.

Por região, o crescimento global veio sobretudo da Europa, cujos ingressos subiram 39%, para 285 bilhões, puxados por movimentos em centros financeiros e grandes transações, enquanto a América do Norte recuou 2% (344 bilhões). Entre as regiões em desenvolvimento, a Ásia manteve-se como principal receptora, com alta de 3% (644 bilhões), e a América Latina e o Caribe cresceram 14%. A África caiu 26%, para 70 bilhões, ainda assim seu terceiro maior volume de ingressos (UNCTAD, 2026a).

As 20 maiores economias receptoras concentraram mais de 80% dos fluxos globais. Os Estados Unidos seguiram à frente (277 bilhões), e o Brasil esteve entre os países cujos ingressos subiram com mais força, sustentados por energia renovável e recursos naturais. Os dados por modalidade confirmam a fragilidade do quadro: as fusões e aquisições transfronteiriças caíram 7%, e o financiamento internacional de projetos subiu 3%, mas permaneceu cerca de 25% abaixo

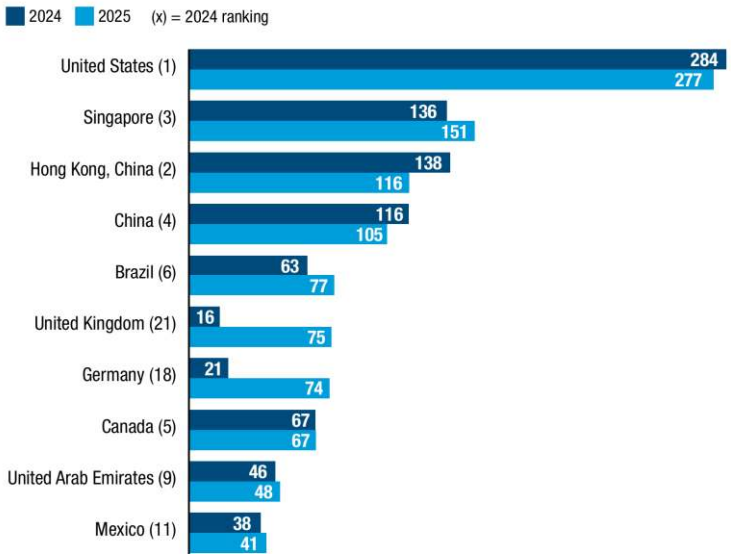
do pico de 2021. O valor dos projetos greenfield anunciados só se manteve próximo do nível de 2024 graças a megaprojetos em data centers, semicondutores e petróleo e gás. Projetos de 1 bilhão de dólares ou mais responderam por cerca de 44% desse valor em 2025, contra 22% em 2017, e Egito, Índia, Reino Unido e Brasil figuram, nessa ordem, entre seus principais destinos (UNCTAD, 2026a).

**Figura 2:** Fluxos de IED por grupo de economias e região, 2024–2025




**Fonte**: UNCTAD, 2026a.

**Figura 3:** Dez maiores economias receptoras de IED, 2024–2025

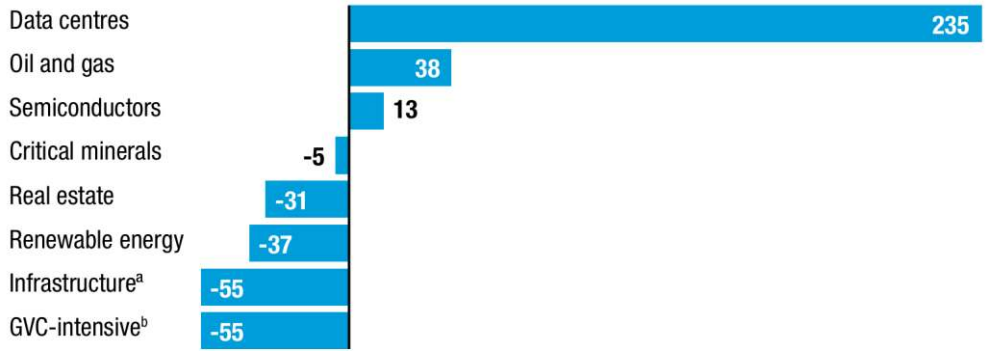



**Fonte**: UNCTAD, 2026a.

Por setor, somando greenfield anunciado e financiamento internacional de projetos, 2025 teve 235 bilhões de dólares a mais que 2024 em data centers, 38 bilhões em petróleo e gás e 13 bilhões em semicondutores. Houve quedas de 55 bilhões na manufatura intensiva em cadeias globais de valor, de outros 55 bilhões na infraestrutura (excluídas energia renovável e

data centers), de 37 bilhões na energia renovável e de 31 bilhões no setor imobiliário. O valor anunciado em infraestrutura digital subiu mais de 80%, enquanto a energia renovável, ainda o maior segmento de infraestrutura (mais de 600 bilhões), registrou o quarto ano seguido de queda. As economias em desenvolvimento mais que triplicaram seu greenfield na economia digital desde 2000, mas sua participação no total global segue pouco acima de um terço, e em muitas delas o investimento em infraestrutura central de conectividade estagnou ou caiu enquanto o de data centers disparava (UNCTAD, 2026a).

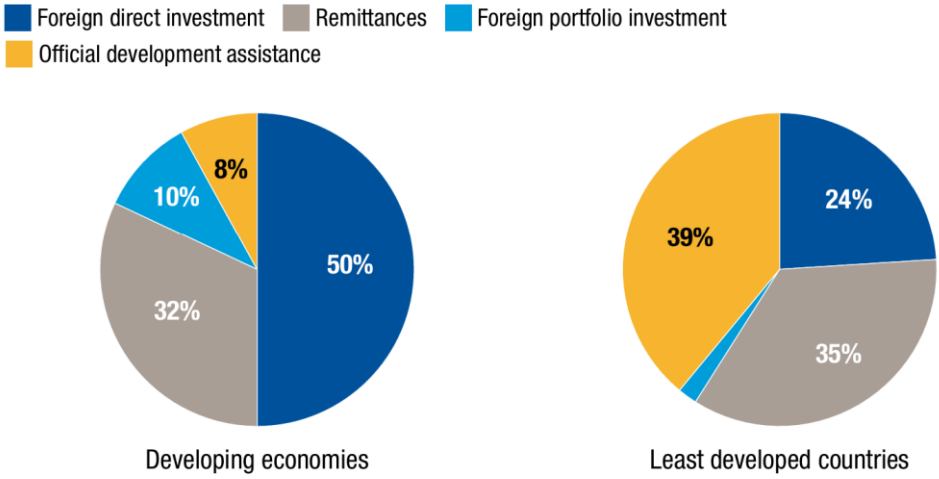
**Figura 4:** Variação dos valores de greenfield e de financiamento internacional de projetos por setor, 2024–2025




**Fonte**: UNCTAD, 2026a.

O IED continua sendo a maior fonte de financiamento externo das economias em desenvolvimento, com cerca de metade do total em 2025, à frente de remessas, ajuda oficial ao desenvolvimento e investimento de portfólio; nos países de menor desenvolvimento relativo (PMDR), porém, não chega a 25%. As perspectivas para 2026 são desfavoráveis. A escalada do conflito no Oriente Médio é tratada como choque adverso de grande porte: encarece o transporte, pressiona a inflação e tende a atingir primeiro os projetos intensivos em capital nas economias importadoras de combustíveis e financeiramente restritas (UNCTAD, 2026a).

**Figura 5:** Composição dos fluxos financeiros externos das economias em desenvolvimento e dos PMDR, 2025

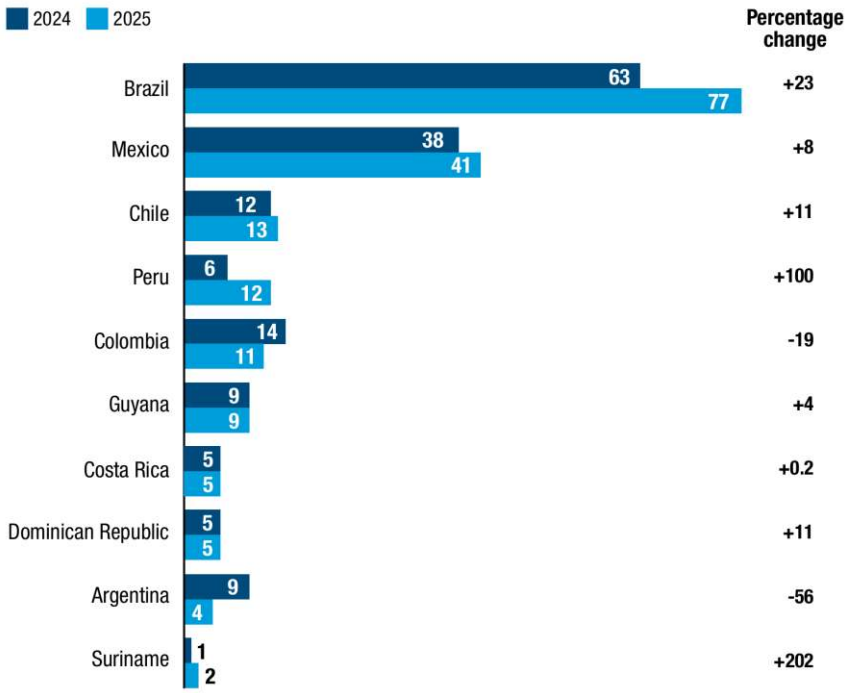



**Fonte**: UNCTAD, 2026a.

**América Latina e Caribe: fluxos em alta, projetos em queda**

A América Latina e o Caribe receberam 188 bilhões de dólares, alta de 14% puxada pela América do Sul, cujos ingressos passaram de 110 para 132 bilhões. O Brasil liderou esse movimento, com aumento de 23% (de 63 para 77 bilhões), e, somado ao México (de 38 para 41 bilhões), respondeu por cerca de dois terços dos fluxos regionais. Os dez maiores receptores concentraram 95% do total (UNCTAD, 2026a).

**Figura 6:** América Latina e Caribe: dez maiores receptores de IED, 2024–2025




**Fonte**: UNCTAD, 2026a.

A alta dos fluxos, porém, não se traduziu em nova atividade produtiva. O valor dos projetos greenfield anunciados na região caiu cerca de um terço, de 170 para menos de 120 bilhões: o México recuou de 44 para 24 bilhões e a Argentina de cerca de 37 para 1,4 bilhão. A composição setorial deslocou-se para serviços (de 64 para 81 bilhões), enquanto a manufatura despencava de 92 para 31 bilhões. O Brasil manteve-se relativamente resiliente, com cerca de 69 bilhões anunciados, mas apoiado sobretudo num único projeto de data center e infraestrutura digital da ByteDance, de 40,6 bilhões, que sozinho representou 43% do greenfield regional. Fora dele, os grandes anúncios concentraram-se no país e em cinco setores (energia renovável, mineração, farmacêutica, borracha e produtos de madeira), entre eles um projeto farmacêutico da Novo Nordisk estimado em 1,2 bilhão (UNCTAD, 2026a).

Sobre o nearshoring, o relatório registra uma divergência entre potencial e realização. Os ingressos no México cresceram enquanto os anúncios encolhiam, e os fluxos regionais são compostos majoritariamente de lucros reinvestidos, não de capital novo. Isso indica expansão seletiva e adiada de empresas já instaladas, sem onda de novos projetos. A infraestrutura de transporte e energia aparece como gargalo, e parte da queda pode refletir decisões apenas

postergadas, que se concretizariam com a estabilização das políticas comerciais e industriais na América do Norte (UNCTAD, 2026a).

**Figura 7:** América Latina e Caribe: dez maiores projetos greenfield anunciados em 2025, por valor

| Host economy | Home economy | Sector segment | Parent company | Estimated capital expenditure (Billions of dollars) |
|---|---|---|---|---|
| Brazil | China | Digital infrastructure/data centre | Bytedance | 40.6 |
| Mexico | United States | Renewable energy | Transition Industries | 3.3 |
| Brazil | Sweden | Wood products | Eternali | 2.7 |
| Brazil | Bermuda | Coal, oil and gas | BW Group | 1.5 |
| Ecuador | Australia | Metals | SolGold | 1.5 |
| Brazil | Denmark | Pharmaceuticals | Novo Nordisk | 1.2 |
| Brazil | China | Rubber | Linglong Group (Shandong Linglong Rubber) | 1.2 |
| Brazil | United States | Renewable energy | Cargill | 1.1 |
| Brazil | United States | Renewable energy | Cemvita | 1.1 |
| Brazil | Netherlands | Renewable energy | Louis Dreyfus | 1.1 |

**Fonte**: UNCTAD, 2026a.

A região também concentrou a maior parte das medidas de facilitação de investimento adotadas pelos países em desenvolvimento em 2025. O Brasil aparece com duas iniciativas. O Plano Brasil Soberano (agosto de 2025) combinou crédito à exportação, garantias, alívio tributário temporário e flexibilização do drawback com um componente de longo prazo voltado ao investimento em setores estratégicos. O REDATA (setembro de 2025) é um regime tributário especial para serviços de data center que suspende tributos federais sobre compras e importações de equipamentos, condicionado a obrigações de sustentabilidade e de atendimento ao mercado doméstico. No plano internacional, o acordo de livre comércio EFTA-Mercosul, assinado em 16 de setembro de 2025, figura entre os acordos com disposições de investimento concluídos no ano. Na arbitragem investidor-Estado, a América Latina e o Caribe foram o principal alvo dos casos iniciados em 2025, com 25 dos 56 (cerca de 45%) (UNCTAD, 2026a).

**Internacionalização das multinacionais e empresas estatais**

O acompanhamento das maiores empresas multinacionais (EMN) entre 2017-2019 e 2022-2024 mostra trajetórias divergentes por país de origem. Nas norte-americanas, a participação média dos ativos externos no total caiu de 43% para 39%, com recuos de 9,7 pontos percentuais em infraestrutura, 4,8 em petróleo e gás e 4,6 na farmacêutica. As EMN de Japão, Coreia do Sul e Taiwan (Província da China) seguiram o caminho oposto, ampliando essa participação em 4,4 pontos, sobretudo em tecnologia e indústria. A Sony passou de cerca de 25% para mais de 65% de ativos no exterior, e a TSMC, de menos de 5% para mais de 20%. Entre as chinesas, a retração concentrou-se nos setores dominados por grandes estatais, enquanto as privadas de tecnologia e automotivo seguiram expandindo-se no exterior (UNCTAD, 2026a).

A participação estatal voltou a crescer entre as maiores EMN. Entre as 100 maiores não financeiras do ranking da UNCTAD, o número de empresas com participação do Estado superior a 10% dos direitos de voto passou de 15 em 2017 para 26 em 2026. Entre as 100 maiores de economias em desenvolvimento, chegou a 50 (contra 31 em 2011), com o Brasil entre os países

de origem. Nas economias desenvolvidas, governos ampliaram ou reafirmaram participações em empresas de tecnologia, semicondutores, minerais críticos, telecomunicações e defesa, como na aquisição de 10% da Intel pelos Estados Unidos. Também recorreram a poderes especiais (golden powers) para limitar a influência de estatais estrangeiras, como nos casos da Nexperia, nos Países Baixos, e da Pirelli, na Itália (UNCTAD, 2026a).

As aquisições internacionais por EMN estatais retomaram fôlego desde a pandemia, com média anual de cerca de 85 bilhões de dólares em 2021–2025, quase o dobro dos 45 bilhões de 2015–2019. Operações pendentes anunciadas em 2025 podem elevar o valor a 160 bilhões em 2026, cerca de 10% dos fluxos globais de IED. Os grandes negócios passaram a ser conduzidos por consórcios em que estatais e fundos soberanos atuam ao lado de investidores privados e institucionais. Exemplos são a aquisição proposta da Electronic Arts por veículo liderado pelo fundo soberano saudita (cerca de 50 bilhões) e a da Aligned Data Centers por consórcio que inclui a MGX, dos Emirados Árabes Unidos (cerca de 40 bilhões) (UNCTAD, 2026b).

**Setores estratégicos e o estreitamento das portas de entrada**

Os setores que o relatório classifica como estratégicos (infraestrutura e tecnologias de IA, tecnologias avançadas e sensíveis, minerais críticos, tecnologias de transição energética e semicondutores) saltaram de 16% para 44% do investimento greenfield global entre 2020 e 2025. No mesmo período, o valor anunciado subiu de 109 para 576 bilhões de dólares. A infraestrutura de IA respondeu por três quintos do total em 2025 (de menos de 50 para quase 350 bilhões), com crescimento de 47% ao ano. Os semicondutores foram o segmento de expansão mais rápida, a 54% ao ano, seguidos por minerais críticos e tecnologias de transição energética (17% ao ano cada) e pelas demais tecnologias avançadas (8%) (UNCTAD, 2026a).

Em 2025, os três maiores investidores responderam em média por 72% do valor anunciado em cada setor estratégico e os três maiores receptores por 56%, contra 27% e 34% nos demais setores. As economias de renda baixa e média-baixa atraíram, em 2020-2025, apenas cerca de 10% do investimento estratégico, contra mais de 20% nos outros setores. Essa participação é mínima em semicondutores, tecnologias avançadas e IA e só alcança 15% em minerais críticos, único segmento em que a dotação de recursos garante aos países de renda baixa uma fatia não desprezível (UNCTAD, 2026a).

No caso da IA, o relatório observa que a concentração dos recursos computacionais confina o setor produtivo dos países emergentes à ponta final do mercado, forçando-o a operar apenas serviços locais sobre tecnologias proprietárias importadas. Sublinha também que o acesso a dados locais e setorialmente específicos pesa mais na adoção do que o acesso a dados em geral, pois os modelos incorporam pressupostos de mercado das economias avançadas. As atividades digitais já respondem por até 60% dos projetos de IED submetidos a triagem por segurança nacional (UNCTAD, 2026a).

Ao mesmo tempo, as portas de entrada tradicionais se estreitam. Excluídos os setores estratégicos, o valor do greenfield em manufatura caiu 17% entre 2015-2019 e 2021-2025, de 970 para 807 bilhões, com quedas de 11% nas economias desenvolvidas, 20% nas em desenvolvimento e 65% nos PMDR. Por renda do receptor, o recuo chegou a 70% nos países de renda baixa, enquanto os de renda média-baixa cresceram 6%, com países como Egito e Vietnã se posicionando como bases alternativas de produção. Os segmentos intensivos em trabalho e orientados por custo, pelos quais esses países tradicionalmente se inseriam na produção internacional, são justamente os que encolhem e se concentram. Não por acaso, 85% das

agências de promoção de investimento dos PMDR relataram cancelamento ou redução de projetos nos últimos três anos, contra 47% nas demais economias em desenvolvimento (UNCTAD, 2026a).

**Saúde, indústria farmacêutica e ciências da vida**

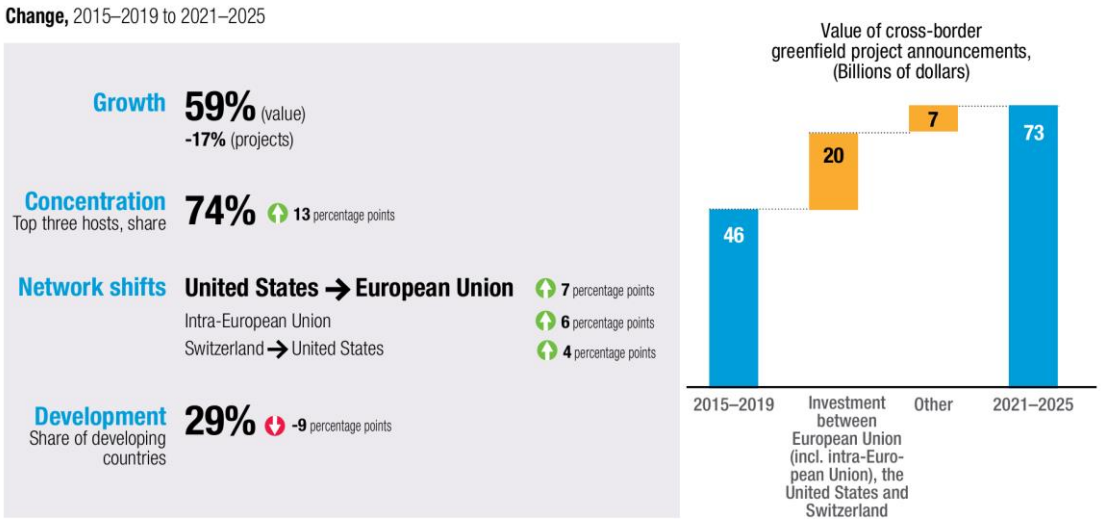
O investimento privado internacional em saúde permanece pequeno e dependente de apoio público. Nas economias em desenvolvimento, o greenfield anunciado em serviços de saúde chegou a cerca de 13 bilhões de dólares em 2025, crescendo em ritmo inferior ao de 2024. Nos PMDR, passou de cerca de 180 para 490 milhões, e não se registrou nenhuma operação de financiamento internacional de projetos no setor. A UNCTAD atribui esses níveis persistentemente baixos à dificuldade de mobilizar capital privado para infraestrutura social sem apoio público forte ou arranjos de financiamento misto (UNCTAD, 2026a).

A indústria farmacêutica, em contraste, esteve entre os motores da expansão da produção internacional. As empresas multinacionais (EMN) farmacêuticas ampliaram seus ativos no exterior em mais de 10% em 2025. Dois fatores pesaram: o acesso a mercados e o chamado "precipício de patentes", isto é, a expiração de patentes de medicamentos-chave, que reduz receitas e abre espaço aos genéricos. A pressão intensificou a busca por tratamentos de alto valor em câncer e obesidade, como na aquisição da Blueprint pela Sanofi, por 9 bilhões. Oito das doze EMN farmacêuticas do ranking anunciaram investimentos em manufatura e P&D nos Estados Unidos. Ali, excluído o Projeto Stargate, a farmacêutica liderou os compromissos de investimento estrangeiro anunciados, com 157 bilhões. Entre as EMN norte-americanas, a reorientação para o mercado doméstico foi mais pronunciada em infraestrutura, petróleo e gás e farmacêutica, enquanto as europeias seguiram expandindo-se no exterior na disputa por empresas biofarmacêuticas promissoras (UNCTAD, 2026a).

Na análise da reconfiguração das cadeias de suprimento, as ciências da vida (farmacêuticos e dispositivos médicos) formam o padrão que o relatório denomina "concentração". O valor greenfield transfronteiriço cresceu 59% entre 2015-2019 e 2021-2025, de 46 para 73 bilhões de dólares, mas o número de projetos caiu 17%. Os três maiores receptores passaram a deter 74% do total (13 pontos percentuais a mais), e a participação dos países em desenvolvimento recuou 9 pontos, para 29%. Os fluxos se organizam em poucos vínculos entre Estados Unidos, União Europeia e Suíça. Fora desse núcleo, a diversificação se limita a polos especializados como Costa Rica e Singapura, amparados em marcos regulatórios robustos e políticas direcionadas (UNCTAD, 2026a).

A UNCTAD adverte que a capacidade limitada de atrair investimento em manufatura farmacêutica dificulta a transição da dependência de medicamentos importados para sistemas produtivos mais resilientes e ancorados localmente. Em regiões como a África, isso reforça a dependência externa e cria riscos para a segurança sanitária. Superar a lacuna exigiria políticas de investimento direcionadas, sistemas regulatórios mais sólidos e esforços internacionais de transferência de tecnologia, como mostraram os debates recentes sobre a produção de vacinas. O relatório reconhece ainda que, na perspectiva de muitos países em desenvolvimento, os setores de maior importância estratégica podem ser os que sustentam a segurança de recursos, entre eles a produção relacionada à saúde. Registra também que a onda de triagem de 2020–2021, deflagrada pela covid-19, estendeu os regimes nacionais a saúde, biotecnologia, farmacêutica e dispositivos médicos, com Itália, França e Espanha entre os exemplos (UNCTAD, 2026a).

**Figura 8:** Investimento greenfield transfronteiriço em ciências da vida: crescimento, concentração e participação dos países em desenvolvimento, 2015–2019 e 2021–2025




**Fonte**: UNCTAD, 2026a.

**Política industrial e assimetria dos subsídios**

As intervenções de política industrial cresceram 60% em número médio anual entre 2016-2020 e 2021-2025. China, União Europeia e Estados Unidos respondem por cerca de metade das registradas na última década. As motivações diferem entre grupos de países. Nas economias desenvolvidas, segurança nacional e fatores geopolíticos motivaram mais de um quarto das medidas com objetivo declarado nos últimos cinco anos. Nos países em desenvolvimento, predominou a competitividade estratégica (60%), seguida da resiliência das cadeias (30%), com segurança nacional e mitigação climática respondendo por apenas 4% cada (UNCTAD, 2026a).

Os subsídios específicos a firmas quase triplicaram, de 271 bilhões de dólares em 2015–2019 para 779 bilhões em 2020-2024. Os países desenvolvidos concentram 600 bilhões desse total (contra 187 bilhões no período anterior), enquanto nos países em desenvolvimento o valor passou de 84 para 179 bilhões. Os subsídios representam 91% das intervenções chinesas e 72% das europeias, mas apenas 18% das dos países em desenvolvimento. Os alvos também divergem: nas economias desenvolvidas e na China, os subsídios vão sobretudo para semicondutores, tecnologias avançadas, energia limpa e minerais críticos; nos países em desenvolvimento, para agricultura, processamento de alimentos, petróleo e gás e geração elétrica (UNCTAD, 2026a).

As intervenções de caráter promocional predominam na maior parte das economias, com 94% das medidas na China, 88% na União Europeia e 76% nas demais economias desenvolvidas. As defensivas (restrições à importação e à exportação, requisitos de localização e restrições ao IED) cresceram desde 2020, sobretudo em setores intensivos em tecnologia, e já são maioria nos Estados Unidos (54%), além de somarem 45% nos demais países em desenvolvimento. Os Estados Unidos combinam subsídios (cerca de 33% das intervenções) com políticas de localização (29%) e de importação (10%), e a combinação varia por setor: predominam medidas promocionais nos semicondutores e defensivas no aço (UNCTAD, 2026a).

Nas políticas nacionais de investimento, 2025 registrou o recorde de 229 medidas em 104 países, contra 192 em 2024. Delas, 73% foram favoráveis aos investidores, metade na forma de incentivos cada vez mais direcionados a setores prioritários. A fatia de medidas restritivas, porém, subiu para 27%, e nas economias em desenvolvimento a participação das favoráveis caiu pela primeira vez desde a covid-19, de 85% para 78%. A UNCTAD adverte que essa lógica recompensa bolsos fundos e ecossistemas estabelecidos e torna a competição por investimento estratégico crescentemente assimétrica, já que a maioria dos países em desenvolvimento não tem como igualar o apoio mobilizado pelas maiores economias (UNCTAD, 2026a).

**Segurança nacional, triagem e acordos de investimento**

O número de economias com regimes de triagem de investimento por segurança nacional saltou de 21 em 2016 para 52 em 2025. As medidas de triagem responderam por quase 40% das medidas restritivas adotadas no ano, todas por países desenvolvidos. O próprio conceito de segurança nacional se ampliou, dos ativos de defesa para tecnologias críticas, infraestrutura de dados e gargalos de cadeias. Os volumes triados cresceram fortemente entre 2015 e 2024: de 143 para 325 casos nos Estados Unidos, de 491 para 2.903 no Japão e de 18 para 835 na Itália. Ainda assim, menos de 1% dos projetos é rejeitado ou bloqueado. Entre os países em desenvolvimento, dez operam hoje regimes desse tipo, mais da metade adotados desde 2020 (UNCTAD, 2026a).

No plano normativo, as exceções de segurança essencial constam de nove em cada dez acordos internacionais de investimento concluídos após 2020, contra menos de um em dez antes de 2001. Das inscritas desde 2021, 92% são autojulgáveis, ou seja, deixam às próprias partes ampla margem para definir suas necessidades de segurança. O regime, contudo, continua ancorado em tratados antigos: 85% dos cerca de 2.600 acordos em vigor foram concluídos até 2010. Desde 1987, ao menos 131 arbitragens investidor-Estado envolveram questões de segurança, algumas delas contestando medidas justificadas pela proteção do meio ambiente ou da saúde pública (UNCTAD, 2026a).

**Respostas de política e a busca dos comuns**

O relatório extrai de sua análise seis implicações para o desenvolvimento, entre elas a participação limitada nos segmentos estratégicos, o campo de jogo desigual criado pela política industrial e o estreitamento das trajetórias tradicionais de industrialização. Daí decorre um deslocamento do foco, do volume para a qualidade e a função do investimento, com desafios distintos por perfil de país. Para os PMDR, o desafio imediato é criar condições básicas de participação, como infraestrutura, energia, qualificação e conectividade regional. Economias com base industrial estabelecida precisariam avançar para segmentos de maior valor sem entrar em competição custosa por subsídios. Já as ricas em recursos teriam de converter a demanda por minerais críticos em processamento doméstico e adensamento industrial (UNCTAD, 2026a).

Entre as áreas de ação propostas aos países em desenvolvimento, o relatório destaca três. A primeira é a priorização estratégica, entendida como a identificação de poucos pontos de entrada realistas nas cadeias de valor. A segunda é uma política industrial fiscalmente realista, que direcione recursos escassos aos gargalos do investimento em vez de replicar programas de subsídio a firmas inalcançáveis. A terceira é o uso da integração regional para construir proposições de investimento mais críveis. Um dos exemplos de priorização é o programa HAMLE, da Turquia. Por uma metodologia quantitativa que pondera intensidade tecnológica e dependência de importações, ele selecionou em 2021 919 produtos prioritários

em sete setores manufatureiros, incluindo farmacêuticos e dispositivos médicos; no início de 2026, a lista cobria 1.126 produtos, 414 áreas tecnológicas e 34 minerais críticos (UNCTAD, 2026a).

No plano multilateral, a UNCTAD propõe preservar um conjunto de "comuns", áreas de interesse compartilhado em que a ação coletiva mantenha condições previsíveis para o investimento transfronteiriço. Entre as iniciativas propostas figuram um mecanismo global de monitoramento das medidas comerciais, industriais e de segurança econômica que afetam o investimento, princípios de clareza e proporcionalidade para medidas de segurança, plataformas conjuntas de preparação de projetos e compartilhamento de riscos entre bancos multilaterais e agências de crédito à exportação, e a aceleração da reforma dos acordos de investimento. As parcerias de investimento entre países de origem e de destino em setores estratégicos serão discutidas no 9º World Investment Forum, numa agenda que o relatório vincula ao Compromisso de Sevilha (UNCTAD, 2026a).

**Global trade update: serviços e comércio digital**

A edição de setembro de 2026 do *Global trade update — Services are reshaping global trade, but least developed countries lag in digital exports,* da UNCTAD, examina o peso crescente dos serviços na produção e no comércio mundiais e as barreiras estruturais que limitam a participação dos países em desenvolvimento, sobretudo os PMDR, no comércio de serviços digitalmente entregáveis. (UNCTAD, 2026b).

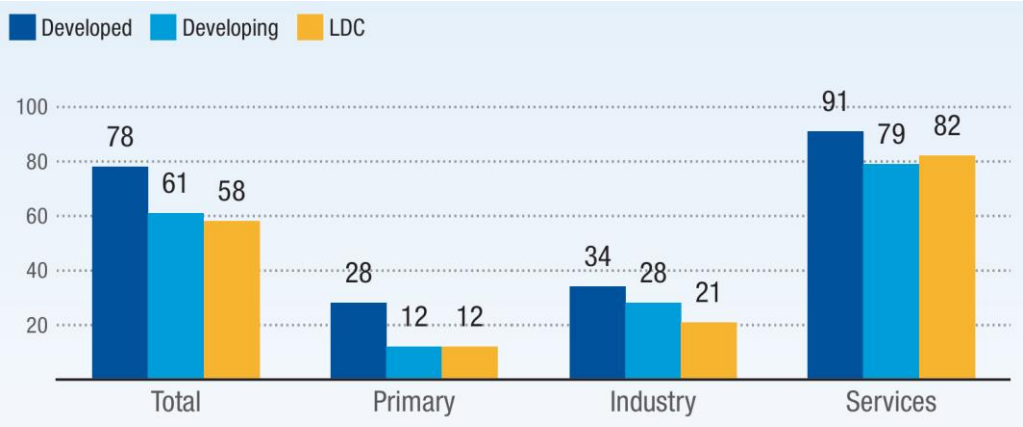
**Servicificação e o conteúdo de serviços das exportações**

Os serviços respondem por cerca de 70% do PIB e do emprego nas economias desenvolvidas e por mais da metade da atividade econômica nas em desenvolvimento. Nestas, a participação vai de 66% do PIB nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento a 42% nos PMDR. Nas exportações mundiais, a fatia dos serviços subiu de 23% em 2015 para 27% em 2025. A publicação distingue duas tendências: a servicificação enquanto uso crescente de serviços como insumo em todos os setores (logística, finanças, design e gestão de dados incorporados mesmo quando o produto final é um bem físico); e a servitização como mudança de modelo de negócio pela qual firmas que vendiam bens passam a vendê-los em pacote com serviços, ou a vender os serviços que os produtos prestam (UNCTAD, 2026b).

Em 2022, os serviços representavam 71% dos insumos intermediários globais: 78% nas economias desenvolvidas, 61% nas em desenvolvimento e 58% nos PMDR. O conteúdo de serviços embutido nas exportações é ainda mais desigual. Nas exportações de bens industriais, os serviços respondem por 33% dos insumos intermediários nas economias desenvolvidas, 27% nas em desenvolvimento e apenas 13% nos PMDR cobertos pela base TiVA da OCDE (sete países). No total das exportações, as proporções são de 57%, 42% e 26%, respectivamente (UNCTAD, 2026b).

A UNCTAD adverte que o papel dos serviços no comércio dos países em desenvolvimento é frequentemente subestimado, porque os serviços incorporados às exportações de bens não são medidos adequadamente. Na maioria desses países faltam dados bilaterais, desagregação por modo de prestação e detalhamento setorial, o que deixa parte expressiva do comércio de serviços invisível nas estatísticas. Poucas economias em desenvolvimento publicam regularmente dados bilaterais de comércio de serviços, e muitas não reportam além das categorias básicas (UNCTAD, 2026b).

**Figura 9:** Participação dos serviços nos insumos intermediários do valor adicionado das exportações brutas, por grupo de países e setor, 2022




**Fonte**: UNCTAD, 2026b.

**Serviços digitalmente entregáveis e o descompasso dos PMDR**

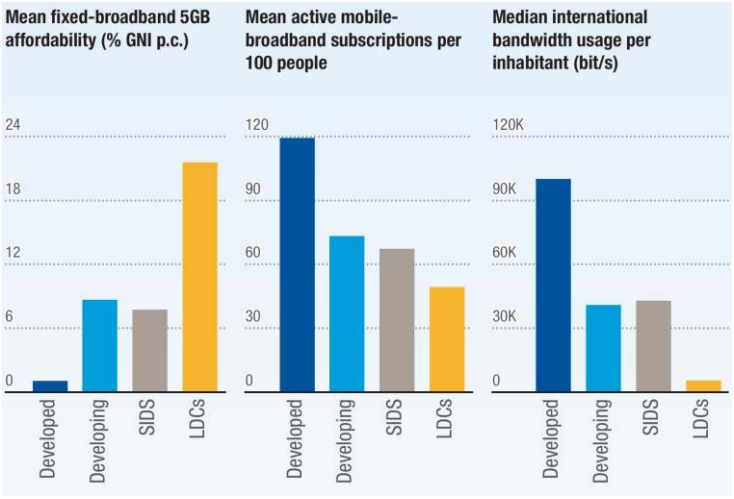
As exportações mundiais de serviços cresceram cerca de 6,7% ao ano na última década, acima das de bens, e 8,3% em 2025. O motor foram os serviços digitalmente entregáveis, que se expandiram a 7,1% ao ano e já respondem por 56% das exportações globais de serviços. A categoria reúne os serviços que podem ser prestados remotamente por redes de computadores, entre os quais encargos pelo uso de propriedade intelectual, pesquisa e desenvolvimento, telecomunicações e informática, serviços profissionais e técnicos e serviços de saúde e educação (UNCTAD, 2026b).

Os PMDR ficaram à margem desse crescimento. Suas exportações de serviços cresceram apenas 3% ao ano no mesmo período, e sua participação nas exportações mundiais, já inferior a 1% em 2010, caiu para 0,6% em 2025. Os serviços digitalmente entregáveis representam cerca de 61% das exportações de serviços das economias desenvolvidas e apenas 16% das dos PMDR, fatia que vem diminuindo mesmo com o crescimento em termos absolutos. A diferença reflete, além das lacunas de infraestrutura, estruturas de exportação divergentes: os PMDR seguem dependentes de transporte e viagens, enquanto as economias desenvolvidas e um número crescente de economias em desenvolvimento avançaram para serviços intensivos em conhecimento (UNCTAD, 2026b).

**Conectividade, pagamentos, propriedade intelectual e inteligência artificial**

A participação no comércio digital exige conectividade confiável e acessível, fluxos de dados e pagamentos sem atrito, qualificação digital e marcos regulatórios previsíveis, e a infraestrutura digital inadequada segue sendo uma barreira central. O custo médio de 5 GB de banda larga fixa ultrapassa 20% da renda nacional bruta per capita nos PMDR, contra valores próximos de zero nas economias desenvolvidas. Nos pagamentos transfronteiriços, custos elevados, baixa interoperabilidade e plataformas que não aceitam contas bancárias locais restringem pequenos negócios e trabalhadores autônomos, e metade dos países com os maiores custos de remessas são PMDR. Há progressos, sobretudo na África: o uso de dinheiro móvel entre adultos da África Subsaariana subiu de cerca de 27% em 2021 para cerca de 40% em 2024 (UNCTAD, 2026b).

**Figura 10:** Indicadores de conectividade internacional por grupo de países

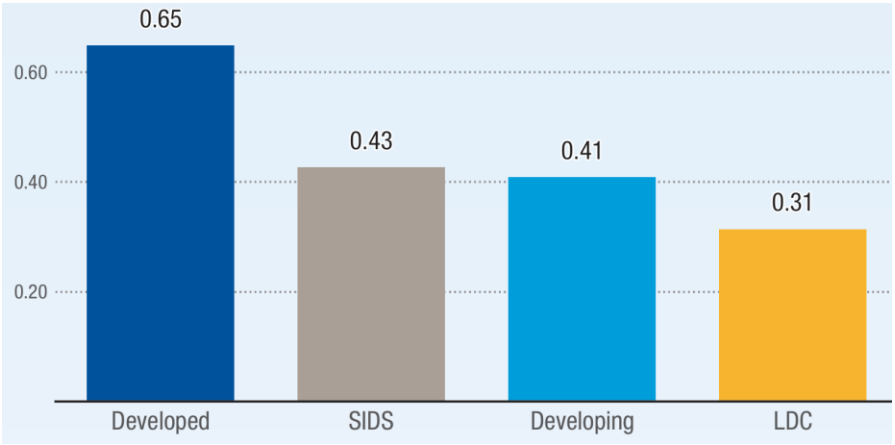



**Fonte**: UNCTAD, 2026b.

A proteção insuficiente de direitos de propriedade intelectual aparece como obstáculo adicional para empresas cujos produtos dependem de marcas, indicações geográficas ou conteúdo criativo. É o que documenta o projeto de cooperação técnica da UNCTAD com os países da CARICOM, no qual exportadores de serviços criativos dos pequenos Estados insulares caribenhos aparecem excluídos das grandes plataformas de pagamento e sujeitos a fraca proteção desses direitos, problemas que a publicação considera não exclusivos da região (UNCTAD, 2026b).

A UNCTAD formula um alerta explícito sobre a IA. Sua implantação depende de infraestrutura digital avançada, capacidade computacional em larga escala, dados, capital e trabalhadores altamente qualificados, recursos concentrados em poucas economias e empresas. Por isso, os ganhos de produtividade tendem a se acumular na fronteira tecnológica, e a automação de tarefas rotineiras e menos qualificadas pode fechar portas de entrada que muitos países em desenvolvimento usaram para chegar aos mercados globais de serviços. Menos de um terço desses países adotou estratégias nacionais de IA. O índice de preparação para a IA do FMI, que vai de 0 a 1, registra média de 0,65 nas economias desenvolvidas, 0,43 nos pequenos Estados insulares, 0,41 nas economias em desenvolvimento e 0,31 nos PMDR (UNCTAD, 2026b).

**Figura 11:** Índice médio de preparação para a IA por grupo de países, 2023




**Fonte**: UNCTAD, 2026b.

**Regras multilaterais e fragmentação regulatória**

As regras multilaterais de comércio de serviços foram concebidas antes da era digital. O Programa de Trabalho sobre Comércio Eletrônico da OMC, de 1998, serviu de fórum e ajudou a firmar o entendimento de que o GATS pode se aplicar a serviços prestados eletronicamente, mas produziu pouca clarificação das regras e nenhum novo compromisso de abertura. A 14ª Conferência Ministerial (MC14), em março de 2026, não obteve consenso para prorrogar a moratória de direitos aduaneiros sobre transmissões eletrônicas, que expirou. Na mesma conferência, 66 membros avançaram o Acordo sobre Comércio Eletrônico, buscando incorporá-lo ao arcabouço jurídico da OMC; depois dela, 24 membros comprometeram-se a manter a moratória entre si e acordaram, pela primeira vez, uma definição comum dessas transmissões (UNCTAD, 2026b).

A restritividade ao comércio de serviços digitalmente entregáveis mudou pouco entre 2016 e 2022. Os serviços profissionais enfrentam as maiores barreiras em todas as regiões, e há ampla variação entre países em desenvolvimento e PMDR, inclusive em serviços de saúde, nos quais os índices desses grupos vão de menos de 20 a mais de 80 pontos numa escala de 0 a 100. Dos 487 acordos comerciais preferenciais assinados entre 2000 e 2025, 55% incluem disposições sobre comércio eletrônico ou digital, 39% sobre exceções ao comércio digital e 38% sobre proteção de dados pessoais. Desde 2020, participaram de acordos com essas disposições 90% dos países desenvolvidos, 62% dos em desenvolvimento e 66% dos PMDR, e a sobreposição de regras divergentes eleva a complexidade regulatória, sobretudo para pequenas empresas (UNCTAD, 2026b).

Para converter a servicificação em oportunidade, a publicação propõe ação em três frentes. A primeira é dados melhores, com coleta desagregada por parceiro, setor e modo de prestação, uso de registros administrativos e intercâmbio Sul-Sul entre institutos de estatística. A segunda é a infraestrutura e a qualificação digitais. A terceira é uma cooperação internacional que garanta aos PMDR participação efetiva nos processos em que as novas regras digitais estão sendo definidas (UNCTAD, 2026b).

**Agenda da OMPI em setembro**

**Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore**

A 53ª sessão do Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore (IGC) da OMPI ocorre em Genebra de 16 a 25 de setembro de 2026. Em sua 52ª sessão o comitê decidiu seguir trabalhando com base nos projetos de artigos sobre a proteção de conhecimentos tradicionais e de expressões culturais tradicionais, que voltam agora à mesa. Também será retomada a proposta dos Estados Unidos de um questionário aos Estados-membros sobre o uso de sistemas sui generis de proteção desses conhecimentos e expressões, acompanhado de relatório-síntese das respostas (WIPO, 2026a).

A pauta provisória inclui ainda um item sobre recursos genéticos, restrito às questões de propriedade intelectual relativas a esses recursos e à sua interligação com conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais, sem trabalho normativo sobre recursos genéticos. Completam a agenda uma sessão de compartilhamento de informações, a atualização sobre o Fundo Voluntário para Comunidades Indígenas e Locais Acreditadas, a

nomeação de seu Conselho Consultivo e o painel de povos indígenas e comunidades locais, realizado a cada sessão desde 2005 (WIPO, 2026a; 2026b).

**Lançamento do Global Innovation Index 2026**

O lançamento global do Global Innovation Index 2026 ocorre em 29 de setembro, na sede da OMPI em Genebra, das 13h30 às 15h30 (horário de Genebra), com transmissão online. Intitulada *Powering entrepreneurs at the frontier of science*, a edição examina como construir ecossistemas capazes de converter avanços científicos em startups e spinouts de ciência profunda, num momento em que IA, computação quântica, biologia sintética e materiais avançados passam do laboratório ao mercado. O índice classifica o desempenho em inovação de quase 140 economias e identifica os 100 principais clusters de inovação do mundo (WIPO, 2026c).

A programação prevê abertura pelo diretor-geral da OMPI, Daren Tang, e apresentação dos resultados pelo subdiretor-geral Marco M. Alemán. Segue-se um painel sobre o tema especial, que discutirá como empreendimentos de ciência profunda podem passar da descoberta à escala diante de prazos longos e lacunas de capital, quais novos polos emergem fora dos centros tradicionais e como IA, biotecnologia, materiais avançados, semicondutores e energia limpa podem avançar de projetos-piloto a carteiras de projetos. Segundo a OMPI, cerca de 80% de seus Estados-membros utilizam o índice para aprimorar a mensuração ou as políticas de inovação (WIPO, 2026c).

**Referências**


BRICS. **BRICS New Delhi Declaration: Building for Resilience, Innovation, Cooperation and Sustainability**. Disponível em: https://www.pmindia.gov.in/en/news_updates/brics-new-delhi-declaration-building-for-resilience-innovation-cooperation-and-sustainability-september-12-2026/?comment=disable.

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **World investment report 2026**: international investment in a turbulent era. Geneva: United Nations, 2026a. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/wir2026_en.pdf

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Global trade update (September 2026)**: services are reshaping global trade, but least developed countries lag in digital exports. Policy insights. Geneva: UNCTAD, 2026b.. Disponível em: https://unctad.org/publication/global-trade-update-september-2026-services-are-reshaping-global-trade

WIPO – WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **Brief summary of documents**. Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore, fifty-third session. Geneva. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/mdocs/tk/en/wipo_grtkf_ic_53/wipo_grtkf_ic_53_inf_2.pdf

WIPO – WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **Draft agenda**. Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore, fifty-third session. Geneva. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/mdocs/tk/en/wipo_grtkf_ic_53/wipo_grtkf_ic_53_1.pdf

WIPO – WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **Global Innovation Index 2026**: powering entrepreneurs at the frontier of science. Global launch program. Geneva: WIPO, 2026c. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/mdocs/mdocs/en/wipo_gii_ge_26/wipo_gii_ge_26_program.pdf